

## **O OLHAR DA ANTROPOLOGIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO DO INTERNACIONALISTA.** Taís Sandrim Julião, Christina de Rezende Rubim. Inter áreas Antropologia Departamento de Sociologia e Antropologia Faculdade de Filosofia e Ciências Campus de Marília.

As Relações Internacionais enquanto disciplina autônoma adquiriu *status* acadêmico recentemente, datando sua institucionalização de 1919 com a criação da cátedra Woodrow Wilson na Universidade de Gales, em Aberyswyth (BARBÉ, 1995, p. 28). Suas origens institucionais relacionam-se com o término da Primeira Guerra Mundial e seus impactos para a sociedade internacional, na qual se apresenta a necessidade de um campo de estudo voltado à análise dos fenômenos deste espaço. Entretanto, as Relações Internacionais não podem ser consideradas como voltada somente à problemática da guerra, como sugere a data de sua institucionalização. A partir da observação de seu desenvolvimento teórico podemos argumentar que ela acompanha os questionamentos da humanidade em âmbito internacional ao longo do tempo, abordando desde a problemática da guerra até questões ambientais contemporâneas (BARBÉ, 1995, p.29).

Visando acompanhar a dinâmica destes questionamentos, as Relações Internacionais adquiriu caráter interdisciplinar, ou seja, houve o reconhecimento de que a análise do espaço internacional exige a utilização de variáveis de diferentes disciplinas, notadamente das Ciências Sociais e Humanas, para a compreensão de fenômenos complexos que se inter-relacionam. Assim sendo, campos de estudo como Antropologia, Ciência Política, Direito, Economia, Filosofia, História e Sociologia formaram a base argumentativa das Relações Internacionais.

A Antropologia tem-se apresentado como uma disciplina auxiliar neste campo, no sentido de apoiar análises que envolvam especificidades culturais, tais como religião, relações interétnicas, entre outras. Entretanto, podemos observar que a utilização dos outros campos de estudos mencionados anteriormente, notadamente a Ciência Política e a Economia, têm maior centralidade, colocando a abordagem antropológica em segundo plano. Agindo desta forma, o desenvolvimento teórico de Relações Internacionais tem negligenciado aspectos fundamentais do espaço internacional, homogeneizando-o e não considerando a variável da cultura como uma fonte explicativa de problemas de ordem global. Neste sentido, o aspecto de mudança identificado anteriormente fica marginalizado, pois “... os parâmetros para a compreensão do mundo mudaram. Nesse novo contexto global, devemos repensar nossa compreensão da cultura e do desenvolvimento”.(ARIZPE, 2001, p.13).

Este fato tem, portanto, reflexo no futuro do Internacionalista, pois a carência de disciplinas na área de Antropologia cria lacunas importantes no que diz respeito a sua formação acadêmica. Estas lacunas, por sua vez, são compreendidas em dois sentidos. A primeira relaciona-se diretamente ao desenvolvimento teórico das Relações Internacionais que, apreendido pelo discente, não lhe fornece a dimensão antropológica necessária para a incorporação da noção dinâmica de mudança inerente ao espaço para o qual ele se propõe a analisar. A segunda, problemática central desta pesquisa, aponta que a não incorporação da dimensão humanística da Antropologia debilita as possibilidades de análise e de inserção no mercado de trabalho, pois o pensamento antropológico apresenta-se como fundamental para o desenvolvimento de comportamentos desejáveis na *práxis* internacional, tais como tolerância e respeito à diversidade. Podemos afirmar que “(...) sería un error descartar al criterio antropológico de que la existencia humana exige la creación de formas culturales, basadas en la capacidad humana para crear símbolos” (WOLF, 1987, p.33).

Para identificarmos o espaço das disciplinas de Antropologia nas graduações em Relações Internacionais, nossa observação deu-se a partir da análise comparativa de matrizes curriculares destes cursos. Partindo deste procedimento, busquei observar nelas os sujeitos da pesquisa, ou seja, os docentes, responsáveis pela formação acadêmica e profissional, e os discentes envolvidos neste processo. Esta relação tornou-se possível na medida em que:

(...) ao analisa-lo [o currículo], devemos indagar, previamente, sobre os tipos de homens e mulheres a que se destinam, bem como sobre a sociedade em que eles vivem. Isto tem implicações sérias para a determinação do perfil do profissional que pretendemos formar e do modelo de sociedade em que este profissional irá atuar. Assim, o currículo **não é um instrumento neutro** (destaque da autora). (CAVALCANTI, 1995, p.179)

A escolha pela análise dos cursos de graduação em Relações Internacionais, por sua vez, relaciona-se com a sua recente implementação no país, datando sua primeira experiência na Universidade de Brasília, em 1974 (MYAMOTO, 2003). O estado de São Paulo, neste contexto, apresenta-se como importante fonte de dados, pois nele encontramos a maior concentração de cursos em Relações Internacionais do país (INEP/MEC/SESu, 2006).

Para a definição do total de matrizes curriculares utilizadas nesta pesquisa, adotou-se dois critérios. Primeiramente, contabilizou-se os cursos de graduação em Relações Internacionais de acordo com o número de matrizes curriculares, ou seja, instituições de ensino que possuem o mesmo curso oferecido em mais de uma unidade física (*campus*), se constatado a utilização de mesma matriz curricular em todas os *campi*, sua incorporação na análise é de um único curso. Assim como os casos de uma mesma instituição de ensino possuir diferentes matrizes curriculares em seus *campi*, sendo considerados dois cursos distintos. Em seguida, considerou-se núcleo principal as disciplinas que compõem o eixo dos cursos de graduação em Relações Internacionais de acordo com a literatura disponível sobre o tema e da própria apreciação das matrizes curriculares. A obtenção deste material de pesquisa deu-se via eletrônica – ou seja, aquelas que são disponibilizadas ao público por meio do *website* institucional das Universidades ou Faculdades.

Os resultados obtidos estão dispostos nas tabelas e no gráfico seguintes.

**Tabela I. Cursos de graduação em Relações Internacionais no estado de São Paulo de acordo com o número de matrizes curriculares utilizadas na análise (Maio/2006).**

Instituição	Sigla	Cidade
Universidade de São Paulo	USP	São Paulo
Universidade São Marcos	USM	São Paulo
Faculdade Trevisan	FAT	São Paulo
Universidade Paulista	UNIP	Ribeirão Preto/Campinas/São José dos Campos/São Paulo – Vergueiro e Cancioneiro
Centro Universitário Belas Artes de São Paulo	FEBASP	São Paulo
Faculdade de Educação e Ciências Gerenciais de Indaiatuba/Sumaré	FECGI – FECGS	Indaiatuba / Sumaré
Centro Universitário Ibero- Americano	UNIBERO	São Paulo
Centro Universitário Capital	UNICAPITAL	São Paulo
Faculdades Integradas Rio Branco	FRB	São Paulo
Faculdade de Ciências Econômicas	FACAMP	Campinas
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	UNESP	Marília
Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho	UNESP	Franca
Centro Universitário Álvares Penteado	FECAP	São Paulo
Centro Universitário Fundação Santo André	CUFSA	Santo André
Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas	FMU	São Paulo
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	PUC-SP	São Paulo
Faculdade de Economia Fundação Armando Álvares Penteado	FEC-FAAP	São Paulo
Faculdade Santa Marcelina	FASM	São Paulo
Faculdade Tancredo Neves	Sem sigla	São Paulo

**Tabela II. Quadro comparativo das disciplinas das matrizes curriculares dos cursos de graduação em Relações Internacionais (Maio/2006).**

Instituição	NÚCLEO PRINCIPAL													
	Economia		Direito		História		Política		Antropologia		Outras		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
USP	4	11,4	5	14,3	4	11,4	2	5,7	zero	zero	20	57,2	35	100
USM	7	17,9	3	7,7	6	15,4	7	17,9	zero	zero	16	41,1	39	100
FAT	10	22,2	3	6,7	1	2,2	5	11,1	zero	zero	26	57,8	45	100
UNIP	14	31,1	3	6,7	1	2,2	2	4,4	zero	zero	25	55,6	45	100
FEBASP	9	17	5	9,4	3	5,7	5	9,4	2	3,8	29	54,7	53	100
FECGI/S	6	12	3	6	4	8	4	8	1	2	32	64	50	100
UNIBERO	8	17,8	4	8,9	2	4,4	6	13,3	zero	zero	25	55,6	45	100
UNICAPITAL	6	13,6	8	18,2	6	13,6	8	18,2	2	4,6	14	31,8	44	100
Rio Branco	9	19,6	4	8,7	2	4,3	5	10,9	zero	zero	26	56,5	46	100
FACAMP	11	23,4	5	10,6	6	12,8	7	14,9	zero	zero	18	38,3	47	100
UNESP- Mar.	6	15,0	5	12,5	3	7,5	10	25,0	3	7,5	13	32,5	40	100
UNESP- Fran.	4	10,0	4	10,0	3	7,5	9	22,5	3	7,5	17	42,5	40	100
FECAP	6	28,6	3	14,3	3	14,3	2	9,5	zero	zero	7	33,3	21	100
CUFSA	12	30,8	4	10,3	3	7,7	5	12,8	2	5,1	13	33,3	39	100
FMU	12	18,7	12	18,7	6	9,4	6	9,4	2	3,2	26	40,6	64	100
PUC-SP	3	6	3	6	4	8	8	16	4	8	28	56	50	100
FAAP	19	24,1	5	6,3	2	2,5	9	11,4	2	2,5	42	53,2	79	100
FASM	7	10,4	6	9,0	6	9,0	9	13,4	5	7,5	34	50,7	67	100
TANCREDO	9	20,9	3	7,0	4	9,3	7	16,3	1	2,3	19	44,2	43	100

Não foram considerados os cursos de graduação em Relações Internacionais da Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), Centro Universitário Moura Lacerda (CUMML), Universidade Anhembi Morumbi (UAM), Centro Universitário Assunção (UNIFAI) e Centro Universitário Lusíada (UNILUS) em virtude de, até o momento, não terem sido obtidas as suas respectivas matrizes curriculares.

**Gráfico I: Representação Comparativa da Distribuição das Disciplinas nos Cursos de Graduação em Relações Internacionais do estado de São Paulo (Maio/2006).**



Diante destes resultados, pudemos constatar a irrelevância das disciplinas de Antropologia no contexto curricular de Relações Internacionais. Na discussão acerca do ensino de Antropologia e suas especificidades, compartilhamos as reflexões de PEIRANO (1995). Abordando a questão do ensino de Antropologia, a primeira autora discute que é importante nos atentarmos aos cursos introdutórios da disciplina, pois estes são os primeiros contatos que os discentes têm com o campo de estudo e com as teorias da área. Considerando-se que esta iniciativa está colocada nas graduações em Relações Internacionais, devemos nos atentar as suas considerações.

Ensinar antropologia em cursos introdutórios não se restringe apenas a transmitir um acervo de informações sobre exótico, caso no qual a antropologia não seria mais do que um grande armazenamento de informações, um dicionário de estranhas peculiaridades. Trata-se mais de ver aflorar no estudante a descoberta de que, atrás do exótico, existe uma outra alternativa, uma outra possibilidade além da que nos é dada. Ao aprender sobre mitos e ritos de povos estranhos, aprende-se e apreende-se um ethos específico: de forma lenta, como se fosse o resultado de um processo de iniciação, o estudante passa a reconhecer a racionalidade do outro, o respeito à alteridade, o relativismo das sociedades e das ideologias, a ausência da distinção fundamental entre primitivos e modernos, a horizontalidade das práticas humanas, a afinidade entre ciência e a magia, entre a magia e a religião, entre a religião e a ciência. (...) Os alunos chegam assim a vislumbrar que, no inventário das possibilidades humanas, o processo histórico do chamado mundo ocidental no qual vivemos talvez tenha sido, este sim, o mais exótico, porque aquele historicamente mais singular, único, recente e possivelmente o mais contraditório.(PEIRANO, 1995, p.139).

Podemos indicar que as disciplinas antropológicas, independentemente do direcionamento teórico que se utilize, tem em seu âmago a noção de que o estar do homem no mundo é plural. Assim sendo, para um profissional que vivenciará tais encontros entre diferentes, a Antropologia pode fornecer conhecimentos e postura reflexiva no sentido de não hierarquizar ou ajuizar suas manifestações, e sim desenvolver práticas de tolerância e respeito à diversidade. Deste modo, a importância da Antropologia como forma de conhecimento para a área de Relações Internacionais torna-se evidente.

### Referências Bibliográficas.

- ARIZPE, Lourdes. “Escala e Interação nos processos culturais: para uma perspectiva antropológica da transformação global” ARIZPE, Lourdes (org.), *As Dimensões Culturais da Transformação Global. Uma abordagem antropológica* – Brasília, UNESCO, 2001
- BARBÉ, Esther. “Relaciones Internacionales” – Madrid, Tecnos, 1995.
- CAVALCANTI, Josefa Salete Barbosa. “Currículo: um campo de possibilidades (?)” PESSANHA, Elina G. da Fonte e BÔAS, Gláucia Villas (org.). *Ciências Sociais: ensino e pesquisa na graduação* - Rio de Janeiro, J.C.Editora, 1995.
- GULBENKIAN, Comissão. “A Construção Histórica das Ciências Sociais, do Século XVIII até 1945” *Para Abrir as Ciências Sociais* - São Paulo, Cortez, 1996
- MIYAMOTO, Shiguenoli. “O estudo das Relações Internacionais no Brasil: o Estado da Arte” in *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº12, junho de 1999, pp.83-98.
- \_\_\_\_\_. “O ensino das relações internacionais no Brasil: problemas e perspectivas” in *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, nº20, junho de 2003, pp.
- PEIRANO, Mariza G. S. “Um Ponto de Vista” PESSANHA, Elina G. da Fonte e BÔAS, Gláucia Villas (org.). *Ciências Sociais: ensino e pesquisa na graduação* - Rio de Janeiro, J.C.Editora, 1995.
- RUBIM, Christina de Rezende. “A Constituição e o Ser da Antropologia: Problemática e Método” in SCHWARTZMAN, Simon. “O Sentido da Interdisciplinaridade” *A Redescoberta da Cultura*- São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 1997. – (Ensaio de Cultura; 10)
- Estudos de Sociologia*, Araraquara, nº7, 1999, pp.119-146.
- WOLF, Eric. “Europa y la gente sin historia.” – México, Fondo de Cultura Económica, 1987.
- \_\_\_\_\_. “As perspectivas globais na Antropologia: problemas e possibilidades” ARIZPE, Lourdes (org.), *As Dimensões Culturais da Transformação Global. Uma abordagem antropológica* – Brasília, UNESCO, 2001.